



Alugam-se florestas

A Câmara e o Senado aprovaram, no início de fevereiro, o projeto de lei que autoriza a exploração econômica de florestas nativas no país. O texto define três formas de gerenciamento: a criação de zonas de conservação voltadas para a exploração sustentável; a gestão de áreas por

comunidades locais; e, por fim, as concessões de matas virgens através de licitação pública. Quem vencer a licitação poderá explorar a área por até 40 anos, comprometendo-se a manter a floresta de pé. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) prevê que 13 milhões de hectares, o

equivalente a 3% da Amazônia, serão alcançados pela lei na próxima década. Segundo o ministério, a exploração sustentável é a forma mais eficaz de inibir as ocupações ilegais que, no caso da Amazônia, chegam a 75% da área de floresta. “O projeto inova ao definir que

florestas públicas devem permanecer florestas e públicas, ao contrário do que aconteceu nos últimos 500 anos, quando as florestas foram privatizadas e transformadas em outros usos de terra”, disse Tasso de Azevedo, diretor do Programa Nacional de Florestas do MMA. •

■ Monitor da aftosa

A Embrapa Monitoramento por Satélite, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sediada em Campinas (SP), está montando um sistema de gerenciamento de informações sobre a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, com o objetivo de monitorar o risco de eclosão de novos surtos de febre aftosa na região. Os dois países vizinhos comprometeram-se em fazer um cadastramento de seus pastos fronteiriços e um inventário dos rebanhos bovinos localizados num raio de 25 quilômetros de ambos os lados da divisa. Imagens de satélite de alta resolução foram adquiridas pela unidade da Embrapa, cobrindo um raio de mais

de 100 quilômetros dentro do território paraguaio e brasileiro, com detalhe de 10 metros. A iniciativa fornecerá elementos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento administrar situações de crise e planejar ações preventivas. Uma base de dados sobre a região será integrada ao sistema, com informações a respeito de infra-estrutura, rede viária e estatísticas. •

■ Reestruturação profunda

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) demitiu 322 professores e 114 funcionários no dia 17 de fevereiro, numa segunda tentativa de zerar o déficit mensal de R\$ 4 milhões, uma das metas para amortizar a dívida bancária de R\$ 82 milhões. Levando-se em conta os cortes feitos desde novembro, a

universidade perdeu cerca de 30% de seus docentes e servidores. As demissões foram definidas por dois representantes nomeados pela arquidiocese de São Paulo, mantenedora da universidade. Isso porque a reitoria não conseguira atingir a economia exigida pelos bancos, ainda que tenha promovido mudanças administrativas, expansão de vagas e outros cortes na folha de pagamentos. “Fiquei chocado. Tinha pessoas na lista de demitidos que considero importantes para a universidade”, disse a reitora Maura Vêras. A crise financeira da PUC-SP se deve a uma dívida acumulada nas últimas três décadas. Em agosto de 2005, o débito foi renegociado – e uma das condições dos bancos credores era que o déficit mensal fosse extinto. •





Sopro de ar nos acervos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou a segunda edição da seleção pública de projetos de preservação de acervos de museus, bibliotecas e arquivos, com o objetivo de torná-los mais modernos e mais acessíveis ao público. Serão destinados R\$ 5 milhões para projetos nas áreas de catalogação, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança, melhoria de infra-estrutura, higienização e acondicionamento e restauração de acervos raros. Cada proposta poderá receber até R\$ 500 mil. Os projetos serão selecionados por uma comissão composta por especialistas da área, representantes do BNDES e do Ministério da Cultura. As propostas podem ser apresentadas até o dia 17 de março. •

Estratégias Brasil

Idas e vindas das cotas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que prevê a reserva de 50% das vagas das universidades federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Nesse universo de vagas haveria uma cota para afrodescendentes e indígenas, na proporção dessas populações em cada estado. Como foi aprovado na comissão em “caráter conclusivo”, o projeto poderia seguir diretamente para o Senado, sem ser submetido ao plenário da Câmara. Mas o teor polêmico da lei acabou colocando obstáculos à proposta. De um lado, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reclamou do prazo curto – de apenas quatro anos – que as universidades teriam para cumprir a nova lei. Queria um prazo de dez anos. De outro, parlamentares opositores passaram a exigir que o projeto fosse submetido ao escrutínio de todos os deputados,



sob o argumento de que o caráter polêmico da medida requer mais reflexão. O MEC propôs um acordo pelo qual o prazo seria estendido para seis anos e, como compensação às universidades federais, elevaria os recursos destinados à assistência estudantil (como auxílios à moradia e à alimentação). Segundo a proposta, haverá uma reserva de 12,5% das vagas no primeiro ano em que a medida entrar em vigor, com aumento paulatino até alcançar os 50%. A proposta será levada ao plenário da Câmara, como uma emenda ao projeto. •

■ Educação sem fronteiras

Acontece no Sesc Vila Mariana, em São Paulo, entre os dias 29 e 31 de março, o 1º Fórum Brasileiro de Educação Internacional, que vai explorar temas como a mobilidade de estudantes e professores e o potencial do Brasil como destino para estudantes internacionais. A iniciativa é da Brazilian Education & Language Travel Association e do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, com apoio de vários ministé-



rios e da FAPESP. Mais informações pelo telefone (11) 3254-4333.

gislação e acatarei o que for definido pelos membros”, afirmou Colli.

■ **O desafio de pôr ordem na casa**

■ **Pará deve ganhar sua FAP**

O bioquímico Walter Colli foi nomeado presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão encarregado, entre outras tarefas, de regular as atividades relacionadas aos organismos transgênicos. Professor titular do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), ex-diretor-técnico do Instituto Butantan e assessor adjunto da diretoria científica da FAPESP, Colli assume o cargo com o desafio de coordenar a avaliação de 417 processos pendentes. “Estarei me orientando pela le-

O Estado do Pará deverá ter sua Fundação de Amparo à Pesquisa. Até abril, um projeto de lei que cria a FAP paraense será enviado ao Legislativo estadual. O anúncio foi feito por Antônio Gomes de Oliveira, representante do governo paraense na reunião do Fórum Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa Professor Francisco Romeu Landi, realizado em Fortaleza. O presidente do Fórum das FAPs, Jorge Bounassar Filho, destacou que, além da iniciativa paraense, houve a recente criação da FAP de

Goiás e a reestruturação da FAP de Sergipe. Vinte e uma unidades da Federação têm fundações de amparo à pesquisa. Só os estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins ainda não dispõem dessas instituições.●

nados R\$ 445,6 milhões, voltados para ações como o apoio à infra-estrutura de instituições, formação de recursos humanos e de redes de pesquisa. Para o eixo de apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior,



■ **Nova safra de editais**

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) anunciou o lançamento de 45 editais para o financiamento de projetos de pesquisa e inovação. O valor total é R\$ 873,8 milhões, sendo R\$ 787 milhões provenientes dos fundos setoriais e o restante de outras fontes. Os editais distribuem-se por quatro eixos estratégicos. Para o eixo de Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação serão desti-

haverá R\$ 188,6 milhões para estimular parcerias entre instituições científicas e empresas. O eixo dos Objetivos Estratégicos Nacionais terá R\$ 10 milhões para o apoio à cooperação científica entre grupos de pesquisa para a região amazônica e R\$ 6 milhões para fomento a estudos sobre temas de cooperação internacional. O eixo de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social receberá R\$ 55,4 milhões, destinados à popularização da ciência e ao desenvolvimento de conteúdos educacionais. ●

